

Carla Paes
L. d. S.

J.

ATA Nº129
18 DE DEZEMBRO DE 2017

----- Ao décimo oitavo dia do mês de Dezembro de dois mil e dezassete, no auditório da sede da Junta de Freguesia de S. Roque, reuniu a Assembleia de Freguesia, em sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Ponto um – Votação das atas nº 127 e nº 128** -----

----- **Ponto dois – Apreciação das atividades e da situação financeira da Junta de Freguesia.** -----

----- **Ponto três – Votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências.** -----

----- **Ponto quatro – Apreciação da tabela de Taxas e Licenças 2018** -----

----- **Ponto cinco – Votação do Mapa de Pessoal** -----

----- **Ponto seis – Votação do regime de permanência do Presidente da Junta** -----

----- **Ponto sete – Apreciação e Votação da proposta de Orçamento e PPI 2018** -----

----- Aberta a reunião verificou-se estarem presentes os seguintes elementos: -----

----- Junta de Freguesia: Bernardo Amaro Simões, Teresa Daniela Costa Xará, Vítor Manuel Cardoso Andrade. -----

----- Partido Socialista: Carla Isabel Mota Carvalho, Mário Leonardo Barbosa Santos, Carlos de Almeida, Cláudia Sofia Silva, Marlene Silva Ferreira. -----

----- Partido Social Democrata: Nuno Ricardo Fernandes Pires, Manuel Ângelo Moreira da Silva, Clarinda Silva Estrela, Célia Maria Fernandes de Sá. -----

----- A Presidente da Assembleia deu início à Assembleia declarando aberto o período antes à ordem do dia. -----

----- No período que antecedeu a ordem do dia foi dada a palavra aos membros da Assembleia que se inscreveram para o efeito. -----

----- Cláudia Sofia Moreira da Silva iniciou o período de intervenções questionando o Presidente da Junta sobre o ponto de situação e o estado da rua das Marcadas e da ponte dos Moinhos. Também solicitou informações acerca do TUAZ e da possibilidade do seu serviço se estender à Freguesia de São Roque. -----

----- Carlos de Almeida após endereçar cumprimentos a todos falou sobre o mau e potencialmente perigoso estado da berma da Rua da Fonte Chã. -----

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires questionou o Presidente sobre o resultado da reunião com representantes da Indaqua, a qual tinha sido anunciada pelo próprio Presidente na última sessão da Assembleia. Em relação ao saneamento colocou questões sobre os desenvolvimentos na rua da Fonte Seca e Travessas assim como da colocação do emissário previsto para o saneamento. Notou que a descarga das águas residuais não estava a ser realizada no local habitual, inquirindo sobre onde estava a ocorrer essa descarga. Questionou quem iria resolver o problema na rua das Marcadas e quais iriam ser os procedimentos a realizar. Relativamente ao acordo de execução com a Câmara Municipal perguntou se existem alterações e qual o ponto de situação. Questionou igualmente se vai existir um aumento de verbas no valor de 15% no orçamento da Junta de Freguesia assim como se estão inscritas no plano plurianual de investimentos as intervenções na Ponte dos Moinhos, no Polidesportivo, na antiga sede do Sindicato dos Operários da Indústria Vidreira e a instalação da caixa automática. Deixou ainda alertas para as situações de dois ramos de árvores potencialmente perigosos na Rua das Barreiras e na Rua do Pocinho assim como da exposição de cabos elétricos na obra realizada junto à Escola Básica Comendador Ângelo Azevedo. Foi também referida a questão da possibilidade de criação de casas de banho públicas em Bustelo. -----

Carla Cavaleiro
L. J. S. H.

ATA Nº129
18 DE DEZEMBRO DE 2017

----- Em seguida Manuel Ângelo Moreira da Silva apresentou duas questões. Iniciou dando nota da estranheza pela ausência de um ponto sobre a análise e aprovação do regimento na ordem de trabalhos. Questionou então em relação ao plano plurianual de investimentos se a Junta de Freguesia tem uma estratégia definida para a cultura e desporto. Na mesma intervenção inquiriu sobre quais os critérios na atribuição e valor de verbas para as associações.-----

----- Célia Maria Fernandes de Sá notou o estado da Rotunda da Entrada de São Roque, pelo lado de São João da Madeira e sugeriu que se estudassem maneiras de a embelezar, por ser um ponto de entrada importante na Freguesia e no Concelho. Falou sobre o problema de excesso de velocidade junto ao Centro Infantil e na Rua de Samil e sugeriu como possibilidade a instalação de passadeiras elevadas ou outras soluções viáveis.-----

----- Tomou então a palavra o Presidente da Junta Bernardo Amaro Simões saudando os presentes e demonstrando satisfação por ver "casa cheia". Sobre a Ponte dos Moinhos, referiu a sua importância para a Freguesia e para o Concelho de São João da Madeira. Disse que a ideia da intervenção na mesma estava nos planos do Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, mas não fazia parte das prioridades da autarquia de São João da Madeira. Ainda assim, já foi falado e decidiram em conjunto avançar com o estudo do caso. Sobre o abatimento do terreno na Rua das Marcadas, a informação prestada pela Indaqua refere que não existe qualquer problema relacionado com o saneamento e como tal diz que não é da sua responsabilidade o estado da via. A Câmara Municipal ofereceu solução para remendar a zona afetada mas a Junta de Freguesia considerou que a Rua das Marcadas necessita de uma requalificação completa e não apenas de remendos; como tal, foi renegociado entre a Câmara e a Junta de Freguesia uma solução mais adequada e vantajosa para ambas as partes. Referiu em seguida a situação do TUAZ e a possibilidade de alargar o seu percurso a São Roque. Falou em seguida de obras de reparação e repavimentação de pequenas situações anómalas, nomeadamente a rua de Fonte Chã. Voltando aos assuntos relacionados com o saneamento e com a Indaqua, referiu que as águas residuais recolhidas pelo "trator cisterna" eram descarregadas para o emissário num terreno onde ocorreram problemas relacionados com a propriedade e os novos proprietários vedaram-lhe o acesso, sendo que essa zona de Costa Má era o único sítio onde se podiam descarregar as águas residuais nas redondezas. A própria Indaqua e as Juntas de Freguesia estão com problemas em encontrar zonas de descarga. O mau cheiro e a frequência de tratores em movimento faz com que as pessoas não permitam o acesso e descarga através dos seus terrenos. Sobre a Indaqua comunicou que as obras da empresa se encontram muito atrasadas. Em seguida falando das repavimentações das vias, informou que sempre que se pretende realizar um trabalho de repavimentação é enviado um e-mail para a Indaqua para saber se vai existir intervenção de água e saneamento nessas vias. Em relação à Rua da Fonte Seca e Rua de Samil, a Indaqua referiu que pretendia intervencioná-las até ao fim do ano de dois mil e dezassete. Deixou em seguida a informação de que os acordos de execução só podem ser inscritos no orçamento da Junta após a Câmara Municipal ver o seu orçamento aprovado. Falou ainda da desclassificação da zona industrial no mandato anterior, mas espera que possa ser reclassificada e afirmou que a Câmara Municipal está neste momento empenhada nesse projeto. Deu nota que têm sido realizadas reuniões e negociações para a cobertura do polidesportivo e que em relação à instalação da caixa automática do Multibanco, após a impossibilidade demonstrada por parte do Banco Montepio em

ATA Nº129
18 DE DEZEMBRO DE 2017

Carla Canallho
Leid. S. J.

instalar nas antigas instalações da Junta de Freguesia, foram contactados por outro Banco e estão a ser estudadas alternativas. Na Rua das Barreiras e na Rua do Pocinho os ramos de árvores proveem de terrenos particulares o que significa que não deve ser a junta de freguesia a intervir, podendo e devendo no entanto alertar para a situação. Relativamente à criação de casas de banho públicas em Bustelo, referiu que deve imperar o bom senso e serem utilizadas as da paróquia instaladas no local. Na obra junto da escola básica Comendador Ângelo Azevedo, concordou que “está feio” o trabalho de reabilitação dos cabos elétricos realizado pela EDP. No que concerne ao apoio às associações, referiu que é preferível apoiar-las nos projetos que queiram realizar do que ser a Junta a dinamizar esses projetos. Existem verbas para esse apoio. Os critérios de atribuição de verbas prendem-se com o número de pessoas beneficiadas pelos projetos, com a fundamentação técnica enviada para a Câmara para o mesmo efeito e também com o número de crianças envolvidas nessas associações. Quanto a este último ponto, a ausência de crianças nas formações do SC Bustelo e do GD São Roque faz com que seja mais difícil apoiar estes clubes. A Presidente da Assembleia aproveita a introdução da resposta do Presidente da Junta sobre a ausência da apreciação e votação do regimento da Assembleia de Freguesia para referir que o mesmo vai a votos na próxima Assembleia com sugestões dos membros para algumas alterações. Para terminar a intervenção inicial refere que a rotunda de entrada em São Roque via São João da Madeira pertence a uma estrada nacional, logo encontra-se fora da jurisdição da Junta de Freguesia, sendo no entanto que será feito o possível para a manter limpa e que poderão acolher-se sugestões de pequena intervenção. Quanto às passadeiras elevadas encontram-se atualmente aprovados projetos para a realização de duas, uma na Rua de Samil e outra na rua do Calvário e outra projetada junto à escola básica Comendador Ângelo Azevedo. Refere no entanto que a passadeira elevada a colocar na Rua de Samil será implementada apenas após a realização das obras por parte da Indaqua. -----

----- **No primeiro ponto** da ordem de trabalhos procedeu-se à votação das atas nº127 e nº128. Sendo que a ata nº127 ainda dizia respeito ao mandato anterior, votaram favoravelmente para sua aprovação dois elementos que se mantêm do último mandato. Foi então aprovada com 2 votos a favor e 7 abstenções. A ata nº128 foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Seguiu-se o segundo ponto** da ordem de trabalhos com a apreciação das atividades e situação financeira da Junta de Freguesia. -----

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires levantou, em relação ao serviço de correios, a questão sobre se os valores apresentados no ponto “Serviço de Correios” se reportam a lucros ou a receitas geradas. Completou inquirindo sobre qual o valor que os CTT pagam à Junta e terminou congratulando a Junta pela saúde das contas. -----

----- O Presidente da Junta reforçou que as contas estão consolidadas e que vai tentar ter sempre liquidez, até para estar em melhor posição negocial. Em relação aos correios, os valores apresentados são receita. Era uma questão problemática, os CTT pagavam 400 euros mensais. Neste momento pagam mais 200 euros. Notou que continua a ser pouco e que o serviço de Correios não dá lucro à Freguesia, mas que com as comissões, o serviço deixou de ser preocupante e é praticamente autossustentável. -----

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires referiu que a posição da bancada do PSD é de que os correios são necessários para a Freguesia e devem ser mantidos aqui. -----

----- **O ponto terceiro** da ordem do dia contemplou a votação do contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. -----

ATA Nº129
18 DE DEZEMBRO DE 2017

Carla Paolino
Luís Sá
JP

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires referiu que a bancada do PSD se iria abster visto o documento fornecido ser apenas uma minuta uma vez que não possui valores preenchidos. -----

----- Bernardo Amaro Simões afirmou que se trata de um contrato igual aos dos dois anos anteriores, que os valores constam do orçamento e que é necessário aprovar este ponto terceiro para se poder aprovar o orçamento. -----

----- Após votação foi aprovado o contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com cinco votos favoráveis da bancada do PS, e quatro abstenções da bancada do PSD. -----

----- **O ponto quarto** foi a apreciação da Tabela de Taxas e Licenças para 2018. -----

----- Bernardo Amaro Simões referiu que não houve alterações. A cisterna (águas residuais) é ao preço do custo. Houve um pequeno ajustamento nos preços do cemitério de Bustelo. Os preços dos terrenos e das fundações das sepulturas estão incluídos no valor total apresentado. -----

----- Manuel Ângelo Moreira da Silva questionou se a tabela do *site* da Junta de Freguesia é a mesma que foi fornecida nos documentos. Referiu que notou diferença nos valores dos cemitérios. -----

----- Bernardo Amaro Simões referiu que são os tais pequenos ajustamentos que foram feitos para o preço incluir o terreno e as respetivas fundações. -----

----- Manuel Ângelo Moreira da Silva refere que acha o preço exorbitante e deixa a nota de que se deveria pensar melhor neste assunto, sendo uma questão de humanismo e justifica com isto o seu voto contra. Deixa como sugestão a utilização de gavetas. -----

----- Na votação da Tabela de Taxas e Licenças para 2018 foram registados oito votos a favor, e um voto contra de Manuel Ângelo Moreira da Silva. -----

----- **Seguiu-se o ponto número cinco** da ordem do dia com a Votação do Mapa de Pessoal para 2018. -----

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires inquiriu o Presidente da Junta se o executivo pretende preencher alguma vaga e se o salário de algum dos funcionários é igual ao salário mínimo nacional. -----

----- O Presidente da Junta deu conta de que dois funcionários recebem o salário mínimo nacional e um terceiro que recebe um pouco mais e que a Junta tem intenção de contratar mais dois funcionários. Completa indicando que foram utilizados protocolos com o Instituto de Emprego e com o Instituto de Reinserção Social para serviços da autarquia. Neste momento na "rua" faltam funcionários, vai a Junta abrir concurso para preencher a posição de dois funcionários Auxiliares de Serviços Gerais. -----

----- Assim o Mapa de Pessoal para 2018 foi aprovado por unanimidade. -----

----- **O ponto sexto** da ordem do dia contemplou a Votação do regime de Permanência do Presidente da Junta. -----

----- A Presidente da Assembleia Carla Isabel Mota Carvalho leu a proposta do regime de permanência escrita pelo presidente e que se encontra em anexo a esta ata, onde se toma conhecimento da decisão do Presidente da Junta em exercer funções a tempo inteiro em exclusividade: "De acordo com a lei 75/13, artigo 18, nº 2, alínea a, de 12 de setembro, compete ao Presidente da Junta de Freguesia decidir sobre a sua permanência a tempo inteiro nos termos da lei". -----

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires começa por referir que nada o move contra o Presidente da Junta. Diz que vê o exercício da Presidência de uma Junta de Freguesia como uma missão. Lê a lei nº11/96 que regulamenta o regime aplicável ao exercício do mandato dos membros das juntas de freguesia, destacando que os encargos são

ATA Nº129
18 DE DEZEMBRO DE 2017

Carla Carvalho
Ind. S. S. J.

suportados pelo orçamento da freguesia. Destacou o que considerou serem custos elevados, referindo que são cerca de mil e novecentos euros mensais. Falou em seguida de uma alternativa que acha mais vantajosa para a freguesia, que é a de tempo inteiro em regime de não exclusividade, que tem, segundo as contas que apresentou o custo de cerca de mil euros mensais. Afirmou que em quatro anos de mandato, essa alternativa de regime de tempo inteiro em não exclusividade, permitiria poupar cerca de cinquenta mil euros. Esse valor poderia ser aproveitado para investimentos ou apoios ao desenvolvimento da freguesia. Comparou com a realidade das outras freguesias do concelho, referindo que este regime de permanência a tempo inteiro em exclusividade apenas é replicado numa outra freguesia, com o dobro da população, e que nem na maior Junta de Freguesia, a união de freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UI, Macinhata da Seixa, Madail e UI, o Presidente se encontra num regime a tempo inteiro em exclusividade. Conclui dizendo que ainda é uma situação pior tendo em conta que alguns funcionários da Junta recebem o salário mínimo nacional. -----

----- O Presidente da Junta Bernardo Amaro Simões refere que o regime de tempo inteiro em exclusividade se tem revelado vantajoso para a freguesia quer em termos de acompanhamento de serviços e obras, quer em disponibilidade para a resolução de problemas urgentes da Freguesia. Otimiza recursos, promove eficiência e reduz despesas. Refere mandatos passados, onde afirma ter estado vários anos praticamente a tempo inteiro, abdicando de tudo o que recebia em favor da Freguesia. Neste momento, tendo em conta que a situação financeira estável e favorável da Junta de Freguesia, entende que deveria receber de acordo com a lei e com a real execução de funções. Mais declarou, ter esta opção pouco impacto financeiro no mandato, pois, tendo em conta a idade, é sua intenção aposentar-se durante o primeiro semestre deste ano. -----

----- Carla Isabel Mota Carvalho diz que em sua opinião Nuno Ricardo Fernandes Pires está a fazer demagogia. -----

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires responde dizendo que não o podem acusar de fazer demagogia por causa da apresentação dos custos totais e completa que na sua opinião deveria o Presidente da Junta optar pelo regime de tempo inteiro em não exclusividade. Concluí referindo que mesmo neste regime é mais bem pago que os três funcionários que recebem o salário mínimo. -----

----- Teresa Daniela Costa Xará afirma que a existirem três funcionários a ganhar o salário mínimo estes têm de ser aumentados e que se vai bater por essa causa. Refere ainda que no caso do presidente da Junta de Freguesia acha justo o regime de permanência a tempo inteiro em exclusividade. -----

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires refere que no seu entender a opção do Presidente da Junta não vai de encontro ao melhor para a Freguesia, sugerindo que o mesmo mantenha a permanência a tempo inteiro em regime de exclusividade, sendo renumerado somente pelo valor correspondente a não exclusividade. -----

----- Carla Isabel Mota Carvalho lê a lei 75/13, artigo 18, nº2 alínea a). -----

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires declara que falta informação à lei que foi lida. -----

----- Marlene da Silva Ferreira declara que, no seu entender, o Presidente da Junta deve ser renumerado de acordo com as funções que desempenha e que, estando a prestar serviço a tempo inteiro em regime de exclusividade, deve ser renumerado em conformidade. -----

----- Mário Leonardo Barbosa Santos começa por falar sobre a comparação com outras freguesias, dizendo que é deselegante falar sobre as decisões de pessoas que não se

ATA N°129
18 DE DEZEMBRO DE 2017

Carla Carvalho
Secretária
J.

encontram na Assembleia para se defenderem e que falar de situações que se desconhece pode ser perigoso. No que concerne ao regime de permanência do Presidente da Junta afirma que estando o Presidente da Junta a exercer funções a tempo inteiro e em exclusividade deve receber o que a lei dita para essas funções. Termina dizendo que no caso de discordarmos do valor que a lei estipula para essas funções, isso deve ser encaminhado para os nossos representantes na Assembleia da República pois é um assunto diferente do que está ser discutido neste ponto.-----

----- Seguiu-se a votação do ponto sexto, sendo que o regime de permanência apresentado pelo Presidente da Junta foi aprovado com cinco votos a favor da bancada do PS, um voto contra de Nuno Ricardo Fernandes Pires da bancada do PSD e três abstenções da restante bancada do PSD. -----

----- **O sétimo e último** ponto da ordem do dia incidiu sobre a votação da Proposta de Orçamento e do Plano Plurianual de Atividades (PPI) para 2018. -----

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires salientou a importância do PPI e do orçamento anual da Freguesia e em seguida leu um documento, que se encontra em anexo, com propostas apresentadas e subscritas pela bancada do PSD e pela sua equipa de trabalhos para o PPI. Afirmou serem medidas sem grande impacto financeiro e facilmente executáveis. Falou sobre a necessidade da página da Internet da Junta de Freguesia estar atualizada e ter as atas em dia. -----

----- Célia Maria Fernandes de Sá questiona a que se reporta o valor de 87.000 euros (oitenta e sete mil euros) inscrito na rubrica 2700209 do orçamento. Também questiona por que motivo o valor das transferências correntes era maior e agora é somente de 11.414 euros (onze mil quatrocentos e catorze euros e se o valor de 80.809 euros (oitenta mil oitocentos e nove euros) alocado a Pavimentações e Construções Diversas já se sabe em que obras será utilizado. Conclui referindo que notou alterações nas despesas com acordos de execução. -----

----- O Presidente da Junta começa por referir que algumas alterações nos códigos e nas rubricas acabam por afetar comparativamente os valores finais. Alerta para a divisão, mesmo entre consultores financeiros, sobre a introdução dos valores relacionados com a ação social. Em relação aos acordos de execução, explica que o que é alocado à Freguesia para acordo de execução tem de ser gasto no respetivo acordo. Demonstrou esperança que os 15% de aumento para as Freguesias sejam afetos aos acordos de execução. As pavimentações nas ruas de Samil, Fonte Seca e das Marcadas atingem o valor previsto para Pavimentações e Construções diversas. Além disso podem ser construídos muros, no caso de cedência de terrenos de particulares, para alargamento de vias. Comprometeu-se a ir tentando manter atualizada a página da Internet. Terminou a intervenção falando na Iluminação LED que já começou a ser instalada, iniciando nos locais onde a iluminação era mais antiga. ---

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires inquiriu sobre o parque canino, exemplificando com o caso de São João da Madeira e declarando que com orçamento de dois mil a três mil euros seria possível de realizar. -----

----- Bernardo Amaro Simões remeteu a questão para uma análise e entendimento de prioridades. -----

----- Foi então realizada a votação da Proposta de Orçamento e do Plano Plurianual de Atividades (PPI) para 2018 que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Seguiu-se o período após a ordem do dia, aberto ao público presente. -----

----- Ilda Oliveira falou sobre os despejos de águas residuais que são realizados perto de sua casa e que originam maus cheiros que tornam “insuportável” o ambiente envolto.

ATA Nº129
18 DE DEZEMBRO DE 2017

----- Rosária Barbosa comentou a inexistência de iluminação pública até às sete horas da manhã na zona de Vila Chã. Registou também atrasos e problemas na recolha de lixo. -----

----- Nuno Ricardo Fernandes Pires na qualidade de cidadão declarou querer o melhor para a Freguesia desejando um Feliz Natal e Bom Ano para toda a Assembleia e Freguesia. -----

----- José Pereira da Costa afirmou que o Presidente da Junta trabalha bem e por isso deve ganhar o dinheiro que merece. Referiu ainda nunca ter visto um Presidente da Junta, por exemplo, "a fechar o cemitério às oito da noite". Demonstrou vontade em que as obras no polidesportivo fossem realizadas por "gente da terra". -----

----- O Presidente da Junta Bernardo Amaro Simões em resposta a Ilda Oliveira informou que o local de descargas referido está suspenso e como tal não devem voltar a acontecer descargas nessa zona. A iluminação pública tem que ver o seu horário revisto pois foi reduzido o horário devido a cortes orçamentais da *Troika*. Agradeceu as palavras de José Pereira da Costa, concordando com a questão do polidesportivo e agradecendo o apoio na questão do regime de permanência do Presidente da Junta. Agradeceu a todos desejando um Feliz Natal e um Bom Ano 2018. -----

----- Nada mais havendo a tratar nesta reunião a Presidente da Mesa deu-a por encerrada, dela sendo elaborada a presente ata que irá ser posta a votação. -----

----- Presidente Paola Casalho

----- Primeiro Secretário Mário Leonor Balas Sal

----- Segunda Secretária Martim de Silva Teixeira